

**MEMORANDO INTERNO Nº 178/2022**

**De:** Setor de Compras, Licitações e Contratos

**Para:** Diretoria Jurídica

**Assunto:** Pedido de Cancelamento de Item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 17/2022

**Interessado:** MEC-LIMP MATERIAIS P/ ESCRITÓRIO E LIMPEZA LTDA EPP - ARP Nº 179/2022

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa MEC-LIMP MATERIAIS P/ ESCRITÓRIO E LIMPEZA LTDA EPP, às fls. 3.108/3.111, sobre pedido de Cancelamento do item nº 273 - PAPEL TOALHA 20.0CM X 21.0CM, NA COR BRANCA.

Após, à Diretora Executiva para decisão final.

Atenciosamente,

Presidente Prudente, 29 de novembro de 2022

**MARCEL DOS SANTOS CARDOSO**  
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

RECEBIDO EM:

29/11/2022

ASS: 

Elton Rodrigo de Castro Garcez  
Assistente Jurídico  
OAB/SP 369.076

3108  
48

**licitacaocompra@ciop.sp.gov.br**

---

**De:** meclimp@meclimp.com.br  
**Enviado em:** quarta-feira, 23 de novembro de 2022 08:07  
**Para:** licitacao.ciop@hotmail.com; licitacaocompra@ciop.sp.gov.br  
**Assunto:** Comunicado  
**Anexos:** COMUNICADO CIOP.pdf; Softpaper Comunicad .pdf

Bom dia,

Prezado, segue comunicado em anexo, por gentileza confirmar o recebimento.

Obrigado

Celso

--  
Atenciosamente

MEC-LIMP MATERIAIS P/ ESCRITÓRIO E LIMPEZA LTDA EPP  
CNPJ: 12.531.865/0001-63  
TeL: (18) 3222 4240 / 3903 6710

3/109  
48

licitacaocompra@ciop.sp.gov.br

**De:** Marcela Miguel <marcela@process.com.br>  
**Enviado em:** quarta-feira, 23 de novembro de 2022 16:59  
**Para:** licitacaocompra@ciop.sp.gov.br  
**Assunto:** Re: DESCONTINUAÇÃO DE FABRICAÇÃO DE PRODUTO

Boa tarde!!  
Tudo bem?  
Realmente paralisamos a fabricação de papéis sim.  
Paramos no dia 30/10 repentinamente e sem previsão se um dia voltarmos.  
Este comunicado é nosso mesmo.  
Desde já pedimos desculpas pelo transtorno gerado.  
Caso seja necessário mais informações estou a disposição.  
Att.,  
Marcela Miguel.

----- Mensagem Original -----

**De:**  
licitacaocompra@ciop.sp.gov.br

**Para:**  
<marcela@process.com.br>, <nfe@softpaperpapeis.com.br>

**Cópia:**

**Enviado:**  
Wed, 23 Nov 2022 16:25:54 -0300

**Assunto:**  
DESCONTINUAÇÃO DE FABRICAÇÃO DE PRODUTO

Boa tarde!

Somos um Consórcio Intermunicipal, o qual realiza pregões eletrônicos de diversas áreas. Tivemos recentemente uma empresa vencedora de um item que é de vossa fabricação, a qual nos pediu a rescisão contratual do mesmo, por descontinuidade de fabricação, nos enviando este comunicado.

Gostaríamos de verificar a veracidade deste comunicado e a posição da fábrica em relação à fabricação do produto, se parará de forma repentina ou gradual.

Aguardo, por gentileza, um posicionamento, para que possamos tomar a melhor decisão junto à empresa vencedora do item no pregão.

Desde já, agradeço vossa atenção.

*Atenciosamente,*

Ao Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP

Ao Setor de Licitação

Assunto: item nº 273 do Pregão Eletrônico nº 17/2022 - PAPEL TOALHA 20.0CM X 21.0CM, NA COR BRANCA, PACOTE COM 1000 FOLHAS

A empresa **MEC LIMP MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO E LIMPEZA LTDA EPP**, vem por meio desta, comunicar que referente ao item nº 273 do Pregão Eletrônico nº 17/2022 – Papel Toalha, conforme documento em anexo do fabricante Soft Paper, comunicando sobre a paralisação da fabricação por tempo indeterminado a partir de 01 de novembro de 2022.

Nossa empresa sagrou-se vencedora deste item e desde então está fornecendo, atendendo aos municípios entregando o papel interfolha, mas diante da paralisação do fabricante ficou inviável adquirir o produto.

Ainda temos uma quantidade desse papel em estoque, e iremos atender aos municípios até o término do nosso estoque. De modo que depois não temos mais como entregar, e por esse motivo solicitamos a rescisão amigável desse item do contrato, pois não temos como continuar a entregar e também não temos como indicar uma outra marca para substituir, pois diante do atual cenário está muito complicado.

Atenciosamente,

Presidente Prudente, 23 de novembro de 2022

  
**MEC LIMP MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO E LIMPEZA LTDA EPP**  
CNPJ: 12.531.865/0001-63  
Celso Antonio dos Santos  
RG nº 10.564.116 – 3 SSP/SP  
CPF Nº 004.968.038-24  
Sócio Proprietário

3211  
86



*Infelizmente venho informar que a partir desta data  
01/11/2022 estamos paralisando a fabricação de papeis por  
tempo indeterminado.*

*Tentamos e tentamos muito até aqui mais infelizmente foi  
impossível continuar após 17 anos tivemos que tomar essa  
decisão difícil.*

*Caso já tenha pedido aqui ele já foi automaticamente  
cancelado pois não temos mais matéria prima disponível.*

*Marcela Higiclean*

*TEL. 16- 3382-7969 / FAX. 3384-9325*

*Whats-99726-0516 Skype-marcela@process.com.br*





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3119  
8

## **PARECER JURÍDICO**

**INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.**

**ORIGEM: MEC-LIMP MATERIAIS P/ ESCRITÓRIO E LIMPEZA LTDA EPP**

**OBJETO: SOLICITAÇÃO DE CANCELAMENTO DO ITEM 273 - PAPEL TOALHA 20.0CM X 21.0CM, NA COR BRANCA.**

### **RELATÓRIO**

Trata-se de solicitação de cancelamento referente ao item **273 - PAPEL TOALHA 20.0CM X 21.0CM, NA COR BRANCA.**, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa **MEC-LIMP MATERIAIS P/ ESCRITÓRIO E LIMPEZA LTDA EPP**, registrados na ata do **Pregão Eletrônico nº 17/2022** sob a justificativa de que ocorreu um desabastecimento do produto junto ao seu fornecedor.

Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do cancelamento do item nos moldes apresentado, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

### **ANÁLISE JURÍDICA**

A empresa **MEC-LIMP MATERIAIS P/ ESCRITÓRIO E LIMPEZA LTDA EPP**, em documento juntado aos autos solicita o cancelamento do item **273 - PAPEL TOALHA 20.0CM X 21.0CM, NA COR BRANCA**, que logrou vencedora na

804



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3/20  
B

licitação em epígrafe, argumentando que houve um desabastecimento do item junto ao seu fornecedor.

Inicialmente, faz-se necessário ressaltar alguns importantes princípios aplicáveis ao presente caso, quais sejam, o Princípio da Supremacia do Interesse Público, Princípio da Legalidade, Princípio da Impessoalidade e Princípio da Eficiência.

O primeiro diz respeito à superioridade do interesse público sobre o particular e que todas as ações do Estado devem ter como objetivo alcançar tal necessidade, pois os interesses da coletividade devem sobressair em relação aos individuais. Por esta razão Marcos Bittencourt afirma que *"o princípio da supremacia de interesse público atribui um status especial ao Estado frente ao particular"*.

Quanto à Legalidade, princípio constitucional expressamente previsto no art. 37 da Carta Maior, em decorrência do Estado de Direito, a observância do disposto em lei é obrigatória à Administração Pública, e, neste sentido, ensina Flávia Bahia que *"quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina"*. Especificamente em relação às licitações, o Princípio da Legalidade traduz-se no Princípio da Estrita Observância Editalícia, segundo o qual todo o processo licitatório deve guardar estrita observância ao edital.

Já a impessoalidade consiste na ideia de que a atuação pública não pode ter como objetivo beneficiar ou prejudicar ninguém em especial, ou seja, sem discriminações, não devendo ter como mote o indivíduo que será atingido pelo ato administrativo. Segundo Matheus Carvalho *"o princípio da impessoalidade reflete a necessidade de uma atuação que não discrimina as pessoas, seja para benefício ou para prejuízo"*.

O último princípio, qual seja, o da Eficiência, também constitucionalmente expresso, imputa ao Estado a obrigação de produzir bem, com qualidade e com menos gastos, atuando com presteza e objetivando sempre o melhor resultado prático com o menor custo e o menor desperdício.

3/20  
B



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3121  
8

No instituto da licitação pública verifica-se a aplicação, dentre outros, destes quatro princípios supra destacados, visto que, pela legalidade, a Administração deve ater-se às normas estabelecidas no ordenamento jurídico, previstas nas leis que tratam sobre licitação, em especial o pregão, que, em nome da supremacia do interesse público, determinam como a Administração deverá contratar com os particulares para adquirir bens e serviços, sempre garantindo a impessoalidade na escolha do licitante, realizada através de critérios objetivos previstos na lei e no edital, alcançando, assim, a eficiência.

Sobre o tema, Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que:

A licitação é um procedimento integrado por atos e fatos da Administração e atos e fatos do licitante, todos contribuindo para formar a vontade contratual. Por parte da Administração, o edital ou convite, o recebimento das propostas, a habilitação, a classificação, a adjudicação, além de outros atos intermediários ou posteriores, como o julgamento de recursos interpostos pelos interessados, a revogação, a anulação, os projetos, as publicações, anúncios, atas etc. Por parte do particular, a retirada do edital, a proposta, a desistência, a prestação de garantia, a apresentação de recursos, as impugnações.

Observa-se que, dentre os atos de responsabilidade do licitante está o da elaboração da proposta, que é o documento que a empresa elabora e apresenta ao órgão para oferecer seu preço pelo produto ou serviço objeto da licitação. A proposta de preço deve ser elaborada de acordo com o edital, levando em conta o objeto da licitação. Além do preço do produto ou serviço, a proposta deve conter o descritivo do objeto e comprovar que a empresa tem condições de atender a todas as características solicitadas no edital.

Importante pontuar que o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público, em Ata, pactuam a manutenção dos valores registrados

gên





no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período, e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido.

Faz-se necessário apontar que a Ata de Registro de Preço somente traz obrigações de forma unilateral ao vencedor da licitação, o qual se obriga fornecer ou prestar serviço da ata para a Administração, de acordo com a especificação de sua proposta e com o preço apresentado por ocasião do certame, pelo **prazo registrado, podendo chegar a um ano.**

Deste modo, o registro que vinculará as partes nos moldes que se darão as contratações, sendo este o objeto principal da relação aferida no processo licitatório, o estabelecimento do valor e quantidade que a Administração Pública poderá adquirir no período de vigência da ata.

Desta forma, o cancelamento de itens, nos moldes ora pleiteados, somente poderá ser realizado de forma excepcional e se daria através da comprovação da ocorrência de: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, d) fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

Entretanto, está sedimentando-se o entendimento da inaplicabilidade da teoria da imprevisão para o cancelamento de itens da ata, não sendo possível a alteração enquanto vigente aquela.

Assim o desabastecimento sazonal de produtos no mercado é um dos fatos a ser considerado no momento em que realiza a proposta no certame, vez que este faz parte dos riscos assumidos pela empresa.

Conjugando o suso exposto, as empresas participantes do processo licitatório não podem alegar o desconhecimento ou a imprevisibilidade da situação eis que o certame ocorreu quando já instituído o cenário de crise. Por tal razão, para ser possível o cancelamento do item, ter-se-ia que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização e a sua comprovação por meio documental de forma contundente.

*[Handwritten signature]*



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3123  
L

Álea econômica corresponde a circunstâncias externas ao contrato, estranhas à vontade das partes, imprevisíveis, excepcionais, inevitáveis, que causam desequilíbrio muito grande no contrato, dando, lugar à aplicação da teoria da imprevisão; a Administração Pública poderia conceder o reequilíbrio.

Conforme o Tribunal de Contas da União:

9.1 A ÁLEA ORDINÁRIA, também denominada empresarial, consiste no 'risco relativo à possível ocorrência de um evento futuro desfavorável, mas previsível ou suportável, por ser usual no negócio efetivado' (Maria Helena Diniz. Dicionário jurídico. São Paulo: Saraviva, 1998, p. 157).

Exatamente por ser previsível ou suportável é considerado risco inerente ao negócio, não merecendo nenhum pedido de alteração contratual, pois cabe ao empresário adotar medidas para gerenciar eventuais atividades deficitárias. Contudo, nada impede que a lei ou o contrato contemple a possibilidade de recomposição dessas ocorrências. No caso de estar prevista, a efetivação do reajuste será mera execução de condição pactuada, e não alteração;

9.2 A ÁLEA EXTRAORDINÁRIA pode ser entendida como o 'risco futuro imprevisível que, pela sua extemporaneidade, impossibilidade de previsão e onerosidade excessiva a um dos contratantes, desafie todos os cálculos feitos no instante da celebração contratual' (DINIZ, 1998, p. 158), por essa razão autoriza a revisão contratual, judicial ou administrativa, a fim de restaurar o seu equilíbrio original.

Trata-se de um risco intrínseco ao negócio a dificuldade do licitante em obter o produto a ser fornecido, relação jurídica da qual a Administração não faz parte, mas sim o licitante. Ademais, mostra-se impossível concluir, ante as alegações apresentadas pela licitante, de que ocorreu qualquer causa que justificasse o cancelamento do item.

Portanto não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta do cancelamento do item da empresa solicitante, não havendo

JBL

3124  
8

real motivo para que o argumento apresentado pela empresa prospere, uma vez que foram acostadas apenas a comunicação enviada por um só fornecedor, sendo que esta não tem o condão de afastar a obrigatoriedade da entrega de outras provas, **até porque em rápida pesquisa na internet (<https://bitly.com/ls8vP>) verificam-se outras marcas. Pois veja:**



É necessária uma razão factual e não um desabastecimento de seu fornecedor para justificar o cancelamento do item, pois a legislação exige, na verdade, a ocorrência de pelo menos uma dessas 4 hipóteses: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, d) fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

De modo que não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame não fornecer o item em apreço.

gbr



3125  
8

Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, *verbis*:

“VIII – SANÇÕES

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

g 542





8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa licitante, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

JBH



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3127  
B

Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa solicitante sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

### CONCLUSÃO

Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pelo indeferimento do pedido de cancelamento do item em que a empresa **MEC-LIMP MATERIAIS P/ ESCRITÓRIO E LIMPEZA LTDA EPP** sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento.

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 09 de janeiro de 2023.

  
**Julio Cesar Graton Pagnosi**  
Diretor Jurídico Interino

  
**Elton Rodrigo de Castro Garcez**  
Assistente Jurídico

**MEMORANDO INTERNO Nº 15/2023****De:** Setor de Compras, Licitações e Contratos**Para:** Diretoria Executiva**Assunto:** Pedido de cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 17/2022**Interessado:** MEC-LIMP MATERIAIS P/ ESCRITÓRIO E LIMPEZA LTDA EPP - ARP Nº 179/2022

Após solicitação de cancelamento às fls. 3.108/3.111, sobre o item **Nº 273 - PAPEL TOALHA 20.0 CM X 21.0 CM, NA COR BRANCA**, encaminho o Parecer Jurídico às fls. 3.119/3.127, que opinou pelo indeferimento do pedido.

Presidente Prudente, 09 de janeiro de 2023



**MARCEL DOS SANTOS CARDOSO**  
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

**DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**Assunto:** Pedido de cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 17/2022

**Interessado:** MEC-LIMP MATERIAIS P/ ESCRITÓRIO E LIMPEZA LTDA EPP - ARP Nº 179/2022

Trata-se de solicitação de cancelamento do item **Nº 273 - PAPEL TOALHA 20.0 CM X 21.0 CM, NA COR BRANCA**, registrado na Ata de Registro de Preços nº 179/2022, alegando, em síntese, a paralisação da fabricação do item, o que impossibilita o seu adimplemento.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico de fls. 3.119/3.127, e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **MEC-LIMP MATERIAIS P/ ESCRITÓRIO E LIMPEZA LTDA EPP, CNPJ nº 12.531.865/0001-63, ARP Nº 179/2022**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 09 de janeiro de 2023



**Maria Meloisa da Silva Cuvolo**  
Diretora Executiva - CIOP





### DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Despacho da Diretoria Executiva. Assunto: solicitação de cancelamento de item. Pregão Eletrônico nº 17/2022. Interessado: **MEC-LIMP MATERIAIS P/ ESCRITORIO E LIMPEZA LTDA** EPP - CNPJ nº 12.531.865/0001-63. ARP Nº 179/2022. Decisão: Delibero pelo não acolhimento do pedido de cancelamento do item Nº 273 - PAPEL TOALHA 20,0 CM X 21,0 CM, NA COR BRANCA, conforme fundamento acostado nos autos. Maria Heloisa da Silva Cuvolo - Diretora Executiva do CIOP. Pres. Prudente, 09 de janeiro de 2023.